



/SINDIPETROLP
CURTA NOSSA FANPAGE



/SINDIPETROLP
ASSISTA NOSSOS VÍDEOS



/SINDIPETROLP
SIGA NOSSO INSTAGRAM



13. 99137.8145
FALE CONOSCO

O PÉTROLEIRO

61 anos
Em defesa do Brasil
e da Petrobras

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!

SINDICALIZE-SE EM NOSSO SITE SINDIPETROLP.ORG.BR OU APLICATIVO SINDIPETROLP

EDIÇÃO 126 JUNHO DE 2020

Nosso luto vem do verbo **LUTAR!**

*Choramos a morte de 3 colegas de trabalho da RPBC.
Nos indignamos diante da política genocida de Bolsonaro e
Castello Branco. Não é uma gripezinha e não são fatalidades.
Em defesa da vida, pela manutenção dos nossos direitos
e por soberania nacional, vamos à luta!*



Editorial

Para salvar a Petrobrás e o Brasil, Fora Bolsonaro!

Não se pode ter dúvidas: mais que uma palavra de ordem, o Fora Bolsonaro é uma necessidade para salvar o Brasil do governo da morte e a Petrobrás de sua completa destruição. Seria ingênuo acreditar que a categoria, sozinha e à revelia dos rumos políticos do país, possa derrotar a privatização da companhia e a imposição do lucro sobre a vida. E mesmo que isso fosse possível, quem aqui estaria satisfeito em salvar a própria pele enquanto o

país vive uma tragédia?

Todas as medidas impostas por Castello Branco seguem as cartilhas ultraliberal de Paulo Guedes e neofascista de Bolsonaro. Para quem ainda tinha dúvidas, a revelação de que a companhia financeira que disseminam discurso de ódio e fakenews demonstra que o gabinete de ódio de Brasília tem sua filial no Rio de Janeiro. Não por acaso, enquanto se nega a proteger seus empregados da Covid-19, a direção da empresa processa o

Sindipetro-LP por distribuir máscaras aos trabalhadores com a mensagem 'Privatizar faz mal ao Brasil'.

Aqueles que entraram pelas portas dos fundos da Petrobrás atuam, diariamente, para destruí-la por dentro. É esta mesma direção que, enquanto financia influenciadores que espalham mentiras, tenta demitir Wagner Fernandes, dirigente do Sindipetro CE/PI, por ter postado críticas a uma empresa "parceira". O autoritarismo

bolsonarista, que só conhece a eliminação de quem pensa diferente como método de resolução de conflitos, tem em Castello Branco um grande aliado.

E não conseguiremos resistir sem que os trabalhadores, os responsáveis por dar vida e sentido às entidades sindicais, saiam em defesa do seu instrumento de luta. No local de trabalho, nos grupos de whats app, nas redes sociais, é importante que todos sejam multiplicadores das lutas conduzidas

pelo sindicato. Afinal, não se trata de lutar em nome da categoria, mas com a categoria.

Para perpetuar seu projeto de poder, Bolsonaro tenta fechar ainda mais o regime político do país. Por isso, trava uma guerra contra os sindicatos - um dos principais bastiões de uma sociedade minimamente democrática. Aliás, ele sabe que nossa categoria é uma trincheira de luta. Em defesa da vida, dos direitos, empregos e soberania nacional, Fora Bolsonaro!

Carcavalli, presente!

Em última assembleia, "xerife" nos pediu coragem

Antonio Carcavalli, técnico de operação da RPBC, fez um pedido em suas últimas duas assembleias, na sede do Sindipetro-LP, nos dias 3 e 20 de fevereiro deste ano: coragem. Consciente dos limites de qualquer governo dentro do sistema capitalista, nos lembrou que alguns são "um pouco mais social" e outros "muito menos social". Sabemos, é claro, em qual deles se encaixa o desgoverno Bolsonaro. O novo coronavírus, que causou a morte de Carcavalli no dia 30 de maio, teve na negligência e descaso da direção da empresa um terrível aliado.

Em suas intervenções, Carcavalli lembrou que para o capital o operário é só uma engrenagem, um



número. Mas não havia nada de derrotista em sua fala. Pelo contrário, pois apesar de nos identificar como peões no jogo de xadrez, ponderou: "cabe a nós saber qual posição vamos tomar. O peão pode derrubar um rei. Isso depende só da posição que tomarmos. Devemos ter coragem".

Carcavalli, que tinha 58 anos e trabalhava na Pe-

trobrás desde 2008, era um colega de trabalho afetuoso, grevista, do lado certo da história, que já planejava num futuro breve a sua aposentadoria. Ele era muitas coisas, mas principalmente "um cara do bem". Foi um dos idealizadores do União Petroleira, grupo de whats app onde discutimos táticas de luta, travamos polêmicas e reforçamos nossa união. É preciso admitir, volta e meia alguém se excede, "perde o foco", e o responsável por botar ordem na casa, com liderança que ninguém questionava, era Carcavalli. Como brincávamos, era o xerife do União Petroleira. E continuará sendo.

Carcavalli, presente!
Hoje e sempre!

Nós por nós mesmos

Solidariedade de classe garante doação de alimentos para demitidos e famílias vulneráveis

A campanha de doação de alimentos do Sindipetro-LP demonstra que a solidariedade de classe não é um valor ultrapassado. A partir da arrecadação de alimentos para compor as cestas básicas junto aos petroleiros próprios, a entidade sindical já conseguiu fazer doações na Vila Mathias, em Santos, e na Vila dos Pescadores, Vila São José, Pilões e Vila Esperança, em Cubatão (SP). Além disso, cerca de 100 kg de alimentos foram encaminhados à Comissão de Desempregados, que fez a distribuição para mais famílias cubatenses. No Litoral Norte, em Caraguatatuba, numa ação articulada pelo Fô-



rum Sindical, o Sindicato também se integrou à distribuição de cestas básicas e máscaras de proteção para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quem ainda não doou, dá tempo. A entrega dos alimentos pode ser feita na portaria de nossa sede, em Santos, que

funciona 24 horas por dia. Quem quiser pode doar também cestas básicas prontas. Na Baixada Santista existem empresas que fazem esse tipo de serviço (inclusive via internet) como Makro Atacadista, Tupy Cesta Básica, Bom Gosto Comercial e BCB Baixada Cesta Básica.

Petros

Cobrar a conta dos maus gestores e da Petrobrás para defender o Plano BD

A judicialização do pagamento das parcelas devidas do PED 2015 não contribui para nossos objetivos

Apesar de ser um remédio amargo, o Novo Plano Petros (NPP) - novo equacionamento que passa a vigorar a partir deste mês - consolida uma parte importante de nossa luta para preservar o fundo e impedir cobranças criminosas aos participantes. Afinal, foi por meio dele que barramos a implementação do PED 2015 (o PED assassino), ação que se revela ainda mais relevante com o agravamento da crise social e econômica do país desde a pandemia do novo coronavírus.

Fruto de um amplo processo de unidade das entidades representativas da categoria, organizadas no Fórum em Defesa da Petros, o NPP também contribui para a ma-



nutenção do Plano BD e permite que nossas ações, que cobram as dívidas da patrocinadora, sejam julgadas. Dessa forma, seguimos brigando pela diminuição ou até mesmo extinção dos percentuais dessas cobranças.

É nesse sentido que a FNP en-

tende que a judicialização do pagamento das parcelas devidas do PED 2015 não contribui para os objetivos da categoria. Além de ser uma aventura jurídica que pode trazer prejuízos individuais, permite que as patrocinadoras fujam de suas responsabilidades

com o plano, podendo inviabilizar sua existência no futuro.

Além de seguir na batalha para reaver o que foi tomado por maus gestores, estamos em luta para impedir que a gestão Jair Bolsonaro, através da Previc, promova uma manobra jurídica para livrar a companhia de suas obrigações com os não repactuados. O governo, numa canetada, está tentando tirar a responsabilidade da Petrobrás como patrocinadora no novo Plano Petros quanto ao déficit decorrente da política salarial adotada pela empresa.

A Petros, em negociação com a Previc, ganhou prazo de um ano para resolver esse imbróglio e não travar o NPP. Mas como não há garantia de desfecho positivo via negociação, o Sindipetro-LP está preparado para questionar, juridicamente, a interpretação equivocada da Previc sobre o nosso regulamento.

EM DEFESA DA VIDA, FECHAMOS NOSSA SEDE E SUBSEDE

MAS O SINDICATO SEGUE FUNCIONANDO ONLINE!

Fale com nossos funcionários para agendar atendimento e tirar dúvidas pelo aplicativo ou por telefone/whats app.

Acesse sindipetrolp.org.br e saiba como instalar nosso app e acessar nossos contatos

Diante da Covid-19, AMS divulga orientações para pedidos médicos

Desde 8 de junho, por conta da pandemia, a AMS está aceitando para realização de procedimentos receitas médicas e pedidos de exames emitidos por profissionais de saúde - com assinatura certificada digitalmente ou com QR Code para validação. Os registros seguem os mesmos.

Quem recebe pela Caixa tem até 10 de julho para cadastrar nova conta

Quem já tem uma conta no Banco do Brasil, Bradesco, Itaú ou Santander, só precisa cadastrar os dados bancários na Petros. Caso contrário, precisará abrir uma. Em caso de dúvidas, entre em contato com a Central de Relacionamento: 0800 025 35 45.

Fique atento às opções de quitação do PED 2015

Para iniciar o pagamento do saldo residual do PED 2015, pendente em virtude das liminares conquistadas em algumas bases contra o PED assassino, como é o caso do Litoral Paulista, a categoria deve optar pela quitação mais adequada à sua realidade (início em julho de 2020, em janeiro de 2021 ou quitação à vista). Pode ainda não optar por nenhuma delas, deixando que a Petros aplique o parcelamento pelo prazo máximo, começando também em julho.

Quer entrar no Plano Petros 1? Envie seus dados

Após 13 anos de uma longa luta jurídica, o Sindipetro-LP conquistou ação na Justiça garantindo o direito à migração para o Plano Petros BD (PPSP-1) aos trabalhadores (as) que entraram na companhia entre 9 de agosto de 2002 e 22 de dezembro de 2005. Se você está entre aqueles que têm direito a ingressar no PPSP-1, envie os seguintes dados para juridico2@sindipetrosantos.com.br: nome completo; matrículas Petrobrás e Petros; data de admissão e motivo (anistia/concurso/resgate); endereço completo; telefone atualizado.

Para tirar as principais dúvidas da categoria, no dia 9 de junho promovemos em nossa fanpage uma live. Se você perdeu e quer assistir, acesse no link: <https://bityli.com/3Gt5N>

Covid-19

Quantos mais precisarão morrer para a

Além de se recusar a manter nas unidades operacionais apenas os serviços essenciais, o que seria suficiente para garantir medidas básicas de proteção à Covid-19. Com a lógica do lucro acima da vida, gestão Castello Br

Uma das bases mais combativas da categoria, a RPBC é novamente destaque no Sistema Petrobrás. Mas, infelizmente, pela irresponsabilidade da gestão da refinaria no combate ao novo coronavírus. Desde o início da pandemia, no dia 11 de março, os petroleiros e petroleiras da unidade sofrem com o descaso e negligência gerencial.

Só na RPBC, até o fechamento desta edição registramos a morte de 3 petroleiros. Outros 130, entre próprios e terceirizados, já testaram positivo para a Covid-19. E diante da ausência de medidas efetivas de combate ao vírus, as vidas perdidas não são fruto de uma fatalidade em função da pandemia. Sem a omissão da direção da companhia, que se recusa a adotar medidas básicas, a Covid-19 não seria tão devastadora sobre a categoria petroleira.

Durante todo o mês de março, Sindicato e CIPA exigiram da companhia medidas preventivas e ações básicas como distribuição de máscaras e álcool gel. No entanto, ao longo do mês de março a única iniciativa tomada pela gestão da refinaria foi alterar a escala de trabalho, nos grupos de turno, de 8 para 12 horas.

O fornecimento de máscaras e álcool-gel para a força de trabalho passou a ser garantida somente em abril, após 40 dias do início da pandemia. E os testes rápidos para toda força de trabalho passaram a ser realizados apenas no final de maio, cerca de vinte dias após a reivindicação do sindicato. Se não são demonstrações concretas do descaso da companhia com a vida dos trabalhadores, o que mais são tais evidências?

Por fim, lembramos o irresponsável e trágico liberou geral para o retorno de trabalhadores que são

diagnosticados com a Covid-19. Esse procedimento, aliás, segue orientando a conduta do setor médico da refinaria, razão pela qual o Sindipetro-LP já formalizou denúncia ao Conselho Regional de Medicina por descumprimento do Código de Ética Médica.

E para todas essas situações absurdas relatadas, lembramos que a realidade dos petroleiros terceirizados é ainda pior: além de correr riscos ainda maiores de contaminação, já ocorreram cerca de 100 demissões e em alguns contratos, como no caso da C3, foi imposto redução de jornada com 30% de redução salarial.

E embora a RPBC seja o exemplo mais dramático no Litoral Paulista, a situação também é crítica nas plataformas. Além da demora em adotar procedimentos de prevenção à Covid-19 nos embarques do Aeroporto de Jacarepaguá (RJ), realizando tardiamente os testes rápidos, já recebemos diversas denúncias de situações que expõem os trabalhadores ao risco de contaminação. Trabalhadores forçados a embarcar, mesmo após contato com petroleiro comprovadamente contaminado; trabalhadores forçados a usar o mesmo transporte de colega com teste positivo; desembarques sem adoção de testes, sob risco de levar o novo coronavírus para dentro de casa, contaminando os familiares.

A pergunta que fica é quantos de nós ainda pagarão com a vida pela negligência da Petrobrás em adotar medidas rigorosas no combate à Covid-19? A compreensão de que os trabalhadores só podem confiar em si mesmos, em sua capacidade de união e solidariedade, nunca fez tanto sentido quanto nesses tempos sombrios. Resistiremos!



Zé Carlos, seu Jorge e Carcavalli, presentes! Hoje e sempre!



Antônio Carcavalli
Técnico de Operação da Petrobrás, faleceu no dia 30 de maio após 21 dias internado.



José Carlos Nunes
Petroleiro terceirizado, era mecânico da Comau. Faleceu no dia 29 de maio.



Jorge Roberto Cláudio de Jesus (Japão)
Petroleiro terceirizado, era operador de máquinas na empresa Provac. Faleceu no dia 19 de maio.

Petrobrás proteger seus trabalhadores?

Para garantir na pandemia o abastecimento de combustíveis e gás de cozinha no país, direção da Petrobrás se recusa a adotar protocolo que reproduz política genocida de Jair Bolsonaro, que já causou mais de 50 mil mortes (oficiais)

Sem rigor científico, nota técnica da Petrobrás tenta legalizar descaso com a vida

Em vez de garantir a saúde e vida dos empregados, norma criada por gestores libera retorno de contaminados com Covid-19 para que unidades sigam produzindo e gerando lucro

Descumprindo o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), que indica isolamento social de no mínimo 14 dias para casos suspeitos, a empresa se apoia em um protocolo interno, chamado de Nota Técnica 28, para seguir produzindo e lucrando. Através dela, a direção da companhia obriga o retorno ao trabalho daqueles que testaram positivo a presença dos anticorpos IgM, resultado que sozinho já assegura dois cenários preocupantes: a contaminação por Covid-19 em seu estágio inicial ou em sua fase ativa, quando se está no pico da infecção com possibilidade de transmissão.

No caso das plataformas, ao identificar IgM positivo, a empresa deixa o trabalhador em quarentena por apenas 7 dias e promove o embarque sem teste.

Expondo toda força de trabalho ao risco de contágio, a norma da empresa se contenta com os resultados obtidos a partir de testes rápidos, ignorando a cobrança do Sindicato por um diagnóstico mais preciso, por exame de alta confiabilidade do tipo RT-PCR. Com isso,

além de se chocar com a OMS, a empresa também contraria todos os pesquisadores que produziram trabalhos sobre o tema.

No dia 8 de maio, em estudo minucioso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, alertou que o uso dos testes rápidos, pelo governo e empresas para legitimar o retorno ou permanência no trabalho, tem elevado as situações de risco. “Esses testes, com altas taxas de falsos positivos e falsos negativos, são incapazes de assegurar que os anticorpos são específicos para o novo coronavírus e garantir proteção contra a doença, a chamada imunidade contra o vírus. Ou seja, não é um “passaporte de imunidade” para que o trabalhador circule livremente nos locais de trabalho e nas ruas. Pelo contrário. A aplicação massiva de testes rápidos para fins de certificado de imunidade e justificar a suspensão ou o relaxamento das medidas de distanciamento social pode ser um passe livre para aumentar a transmissão do novo coronavírus”.



Anticorpo IgM e IgG para COVID-19

Material: sangue, soro ou plasma
Método: Imunocromatografia

Anticorpos IgM para COVID-19

REAGENTE () NÃO REAGENTE

Anticorpos IgG para COVID-19

REAGENTE () NÃO REAGENTE

Este Exame é uma pesquisa de anticorpos e não possui a capacidade de estabelecer o diagnóstico da infecção pelo SARS-CoV-2 (COVID-19).

A obtenção de resultado não reagente a qualquer momento a considerar do início dos sintomas, NÃO EXCLUI a presença de infecção seja sintomática ou assintomática.

Na foto acima, resultado de teste rápido para Covid-19. Em parecer técnico disponibilizado ao Sindipetro-LP, as pesquisadoras Elenilda Farias de Oliveira e Érica Farias de Oliveira lembram que “um resultado positivo para IgM e IgG indica infecção recente. A presença de IgG não deve ser considerada fator determinante para afastar a suspeita de infecção ativa, deve-se levar em conta a presença ou não da IgM. Avaliar um resultado levando em consideração apenas a presença de IgG desconsiderando a presença de IgM é, no mínimo, temerário”

Mais que indiferente

Direção da Petrobrás aproveita pandemia para aprofundar ataques

Não é só o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o único a ver na pandemia uma oportunidade pra “passar a boiada” em medidas nocivas ao país. Enquanto a categoria chora seus mortos e luta para impedir novas vítimas, Castello Branco aproveita o estado de calamidade do país para avançar em seu projeto de privatização e desmonte de conquistas históricas

ACT em banho-maria acusa plano perverso: destruir nossa assistência médica

Em meio à tragédia sanitária e social do país, com as energias da categoria petroleira concentradas em preservar vidas, seria prudente a companhia prorrogar o atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Tal gesto refletiria a disposição da atual direção da Petrobrás em dedicar esforços exclusivamente ao bem-estar e saúde dos seus empregados durante esse momento difícil. O bom senso nos diz que não deveria existir outra prioridade.

Por isso, as duas federações petroleiras reivindicaram da companhia a prorrogação do ACT. Se recusando a dar uma resposta concreta ao pleito, o silêncio dos representantes da empresa diz muito sobre suas intenções: postergar o debate e, se possível, não atender ao pedido de renovação para impor, a partir de nossa data-base em setembro, mais perdas.

Sem isso, Castello Branco não terá êxito em uma de suas principais empreitadas atuais: destruir a AMS, uma das maiores conquistas da categoria ao longo de sua história - ela foi criada em 1975. A atual direção pretende criar uma associação para gerenciar nosso plano, o que em bom português significa



terceirizar nossa assistência.

E a história já demonstrou: terceirização é sinônimo de precarização e elevação dos custos dos serviços prestados, e uma avenida aberta para corrupção. Mas se para a categoria o plano de Castello Branco é uma tragédia, inclusive resultando num gasto imediato de R\$ 2 bilhões, para a gestão bolsonarista da empresa é um sonho.

Se bem-sucedida, a terceirização da AMS seria um enorme trunfo para o projeto de privatização da Petrobrás. Com todas suas falhas e problemas recentes, fruto inclusive dos ataques sistemáticos das últimas gestões, a AMS segue sendo um plano muito superior aos oferecidos no setor privado de saúde. Para

nós, trata-se de uma importante conquista a ser defendida. Para os vendilhões que ocupam a direção da empresa trata-se de custos desnecessários. Aliás, o ataque à nossa assistência em plena pandemia só reforça a perversidade da atual gestão. A vida, pra eles, não é nada.

No entanto, para executar este plano eles têm um grande obstáculo: nosso ACT. Isso porque uma série de exigências e garantias, arancadas através da luta coletiva de gerações de petroleiros, estão hoje formalizadas e detalhadas ao longo de dez cláusulas de nosso acordo. Na prática isso impede a terceirização da AMS sem antes a desfiguração dessas cláusulas. Seja do ponto de vista jurídico, seja do

ponto de vista da própria gestão do plano, trata-se de um benefício cuja estrutura é incompatível com o que pretende Castello Branco.

Por isso, é fundamental que a categoria desde já entenda que a luta por um ACT digno é a luta, em última instância, pela preservação da nossa maior conquista coletiva: a AMS. E, certamente, este não será o único ataque contra nosso acordo. Desde 2015, quando a vitoriosa greve de 23 dias barrou o desmonte de direitos de Bendine, a cada campanha reivindicatória importantes conquistas são suprimidas. Se possível, a gestão bolsonarista da Petrobrás também avançará sobre a garantia do emprego, sobre a própria atuação do movimento sindical e contra outros direitos completamente “hostis” à cartilha ultraliberal e autoritária da gestão bolsonarista da Petrobrás.

Um dos maiores DNAs de uma empresa pública é a valorização dos seus empregados. Por isso, reafirmamos o que alertamos a cada campanha reivindicatória: defender nosso ACT é defender a Petrobrás. A luta por um ACT justo e digno, com a exigência de sua prorrogação, já começou!

Sem negociação, Castello Branco tenta alterar custeio da AMS

A Petrobrás anunciou, de maneira unilateral, a cobrança extraordinária para recomposição da relação do custeio 70x30 da AMS. Essa obrigação deriva do ACT, mas é preciso que haja negociação entre as partes. Por isso, a FNP e seus sindicatos já deixaram claro que não concordam com a medida. Além de exigir transparência com a gestão, reivindicamos que o pagamento seja postergado para 2021 com maior número de parcelas, considerando os efeitos da pandemia e a necessidade de se preservar as finanças pessoais nesse momento difícil. Porém, a direção da Petrobrás não aceitou a proposta e unilateralmente rompeu as negociações. Portanto, caso a cobrança seja efetivada, sem a retomada das negociações, tomaremos as medidas necessárias para defender os interesses da categoria.

De símbolo do pré-sal, Valongo vira exemplo dramático do desmonte da Petrobrás em SP

Demissões de terceirizados, transferências compulsórias e teletrabalho permanente estão entre as ações articuladas pela empresa em meio à pandemia que apontam para a saída da companhia do estado de São Paulo

Em dolorosas parcelas, a direção da Petrobrás está reduzindo a presença da empresa no estado de São Paulo, extinguindo postos de trabalho terceirizados e transferindo mão de obra direta para o Rio de Janeiro. Além disso, já anunciou a intenção de transformar o teletrabalho em regime permanente para ao menos metade do seu efetivo administrativo próprio, o que resulta na extinção de postos de trabalho terceirizados e no impacto negativo nas cidades onde a companhia possui prédios administrativos.

Com metade da força de trabalho em casa, a tendência é essas estruturas desaparecerem. Perdem os trabalhadores, engrossando o batalhão de desempre-

gados do país, que superam os 12 milhões pelos dados oficiais, e perde toda população, com a fuga de investimentos da estatal e consequente queda na arrecadação de tributos e outras receitas. O Estado de São Paulo, com o Edifício Valongo como exemplo mais dramático, é um dos que mais sofrem com esse processo de desmonte.

Espécie de QG das operações de exploração e produção de gás e petróleo das plataformas da Bacia de Santos, o papel estratégico do Valongo, que possui 1.861 trabalhadores próprios e praticamente o mesmo número de terceirizados, vem sendo ameaçado. Uma medida recente que ilustra essa tendência é a transferência

da representação sindical de 937 trabalhadores para o Rio de Janeiro. Anunciada no dia 11 de maio, a mudança atinge petroleiros lotados no Edisa Valongo que atuam, sob regime especial, em sete plataformas da base territorial do litoral paulista. A mudança tem dois objetivos. O primeiro deles, econômico, tirar da companhia a responsabilidade pelos custos relacionados ao transporte desses empregados. E o segundo, político, desarticular a organização sindical da categoria, objetivo que também explica a escolha pelo teletrabalho: submetidos a uma condição de isolamento permanente, esses trabalhadores perderão qualquer contato com a coletividade.

Cronologia do desmonte

PARENTE COMEÇOU, CASTELLO BRANCO APROFUNDA

2018	2019
<p>AEROPORTO DE ITANHAÉM É ABANDONADO</p> <p>Em abril de 2018, sob a gestão de Pedro Parente, a empresa eliminou os voos das plataformas de Merluza e Mexilhão pelo Aeroporto de Itanhaém, transferindo todos eles para Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Com isso, 30 postos de trabalho foram extintos e a economia local foi impactada, prejudicando taxistas, donos de hotéis e restaurantes. Apesar de jogar fora R\$ 14 milhões investidos poucos anos antes em melhorias no aeroporto, a decisão foi justificada pela necessidade de reduzir custos.</p>	<p>TRANSFERÊNCIAS COMPULSÓRIAS PARA O RJ</p> <p>Em outubro de 2019, sem negociação com o Sindicato, a empresa anunciou que 74 empregados do Valongo seriam transferidos para a capital fluminense. Destes, 37 já foram obrigados a se mudar e outros 37 seguem em Santos. A desestruturação da vida de dezenas de famílias, mais uma vez, foi justificada pela "necessária" redução de custos. Um ano antes, no setor de Poços, sete engenheiros foram deslocados para Macaé (RJ).</p>

Em protestos, categoria chama atenção da população e cobra classe política



No dia 30 de maio, em frente ao Valongo, e no último dia 19 de junho, na Praça Mauá, a categoria protestou contra a saída da Petrobrás de SP, chamando a atenção da população para a destruição de empregos em plena pandemia e cobrando uma ação das autoridades públicas.

Vereadores, prefeitos e governador não podem se omitir. A Câmara Municipal, por



unanimidade, aprovou Moção de Repúdio contra a decisão da Petrobrás. Os deputados federais Rosana Valle (PSB) e Junior Bozzella (PSL) declararam que se opõem à decisão da Petrobrás, prometendo cobrar explicações e reuniões com a empresa e governo federal. No entanto, mais que declarações, precisamos de ação! Da boca pra fora, tal indignação terá pouca serventia.

Apesar da Covid-19, luta continua

Litoral Paulista retoma mobilizações na porta das unidades

Disposta a cumprir com rigor máximo isolamento social nos dois primeiros meses de pandemia, a categoria petroleira do Litoral Paulista organizou sua luta por meio de setoriais online e forte atuação jurídica. Insistência da alta cúpula em desprezar vidas, e usar o estado de calamidade pública para intensificar ataques, foi a gota d'água

Desde o início da pandemia, reuniões diárias entre dirigentes sindicais e representantes da empresa sem qualquer resultado efetivo. Longe de ser um canal de negociação, a alta cúpula vem tentando transformar este espaço em mera transmissão de informações. Para depois, claro, cinicamente afirmar que “negocia” todas as medidas (leia-se ataques) com as entidades sindicais.

Desde o início da pandemia, setoriais online com a categoria estão sendo

realizadas pelo Sindicato para discutir os problemas enfrentados no local de trabalho e levar à direção da companhia não só reivindicações e denúncias, mas propostas concretas de melhorias para atravessar este grave momento. No entanto, longe de ouvir seus trabalhadores, a cúpula da empresa ignora a imensa maioria das demandas.

Diante disso, e da insuficiência de apostar somente na arena jurídica para resistir aos ataques, os petroleiros e petroleiras do Litoral

Paulista iniciaram um ciclo de mobilizações em todas as bases. Até o fechamento desta edição, todas as unidades da Baixada Santista e do Litoral Norte realizaram protestos em defesa da vida e pela renovação do Acordo Coletivo, preparando desde já a luta em defesa do emprego, da AMS e de todas as conquistas históricas preservadas até aqui. As mobilizações seguirão com os trabalhadores das plataformas, com a presença dos dirigentes sindicais no Aeroporto de Jacarepaguá (RJ).



PILÕES



UTGCA



TEBAR



ALEMOA

De demissões a corte de direitos, ações jurídicas freiam ataques

1. PLANO DE RESILIÊNCIA

Por meio de ação civil pública, FNP e seus sindicatos conquistaram liminar impedindo a empresa de aplicar as medidas de redução de jornada e de remuneração previstos no plano de resiliência. A determinação foi expedida no dia 17 de abril, pela juíza do Trabalho Titular do Rio de Janeiro, Cissa de Almeida Biasoli. A decisão também obriga a companhia a manter os mesmos direitos, vantagens e benefícios previstos em normas internas inerentes aos regimes especiais em que os trabalhadores estão inseridos. Na liminar, é ressaltada ainda a necessidade de negociação coletiva com as entidades sindicais para reduzir remuneração e jornada dos trabalhadores. Em dois trechos, cita que “as entidades devem se manifestar sobre sua validade” e que “não houve negociação com os sindicatos, muito menos acordo individual com os trabalhadores”.

2. SUSPENSÃO DAS DEMISSÕES

Reversão das demissões arbitrárias e ilegais de seis petroleiros da P-67 em função da greve petroleira, em fevereiro deste ano. Para promover a demissão, a empresa havia alegado abandono do posto de serviço. Em sua decisão, a Justiça do Trabalho do TRT da 2ª Região cita o acordo firmado entre Petrobrás e Sindicatos, com mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no qual foi assegurado que não haveria punições por participação pacífica na greve.

3. SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA AMS POR BOLETO

Através de uma ação vitoriosa da FNP no Tribunal Regional do Trabalho, da 1ª Região do Rio de Janeiro, está mantido o desconto em folha, conforme feito até o mês de março, sendo suspensa a cobrança via boleto. Tal medida, alertou a federação, poderia disparar os índices de inadimplência, pois parte significativa dos beneficiários é de idosos e tem dificuldade para se deslocar até as instituições bancárias e se adaptar à mudança. Em situações extremas, quem mais precisa do plano poderia até mesmo ser excluído.

4. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA E CUSTEIO DE TRANSLADO

Decisão liminar com tutela de urgência, da Justiça do Trabalho da 2ª Região, atendeu em parte ação movida pelo Sindipetro-LP, obrigando a Petrobrás a manter os custos do deslocamento dos trabalhadores do atual local de apresentação até o aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, de onde partem as aeronaves para as plataformas. O mesmo vale para o retorno após o período de embarque. Além do traslado, a empresa deve manter os adicionais de transferência. A liminar beneficia os petroleiros (as) que foram afetados pela decisão da companhia em transferi-los do Litoral Paulista para o Rio de Janeiro, alterando compulsoriamente a representação sindical.